

Acionistas irão definir mudanças na Eletrobras

Governo desobriga investimento em Angra 3 e amplia participação na empresa

Nicola Pamplona - Folhapress

Em assembleia de acionistas marcada para o próximo dia 29, a Eletrobras discutirá as maiores mudanças em seu conselho de administração desde que a companhia foi privatizada em 2021.

No encontro, os acionistas votarão o acordo que garante maior participação do governo na administração da companhia e decidirão os representantes de acionistas privados, no primeiro pleito com disputa de candidatos desde a privatização.

A eleição vem gerando uma disputa nos bastidores, que levou a Eletrobras a publicar duas cartas em uma semana pedindo que os acionistas votem na chapa recomendada pela empresa e não em candidatos concorrentes.

Maior companhia de energia do país, a Eletrobras formalizou em março um acordo com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para encerrar ação judicial que tentava reverter a perda de influência da União em sua gestão, fruto de cláusula no estatuto que limita a participação de grandes acionistas.

Considerando fatias de bancos públicos e fundos de

pensão, o governo tem 42% do capital da companhia, e o acordo feito sob mediação do STF (Supremo Tribunal Federal) lhe garantiu três vagas no conselho, em troca de desobrigar a empresa de investir na conclusão da usina nuclear Angra 3.

Os termos serão avaliados pelos acionistas nessa assembleia. Se aprovados, a União nomeará Silas Rondeau, Nelson Hubner e Maurício Tolmasquim todos com participações relevantes na área de energia durante os governos petistas.

Os outros acionistas disputarão sete vagas restantes, pela primeira vez com nomes divergentes após a privatização. São 11 candidatos às vagas, 7 sugeridos pela empresa e 4 correndo por fora, com apoio de investidores privados.

A eleição da Eletrobras prevê 6 vagas indicados por detentores de ações ordinárias e 1 para detentores de preferenciais. Neste último caso, há dois candidatos: Pedro Batista, que tem apoio da empresa e Rachel Maia, com candidatura avulsa.

Para os outros, a Eletrobras indicou a reeleição quase todos os seus conselheiros, à exceção de Marcelo Gasparino, que foi substituído por Carlos Márcio Ferreira.



Eletrobras deixou participação na Eletronuclear responsável por obra de usina

Insatisfeito com a exclusão, Gasparino se tornou um concorrente externo na disputa, com apoio do investidor Lírrio Parisotto. Ele havia renunciado ao conselho de administração da Petrobras para se adequar a novas regras da Eletrobras e acabou ficando sem a vaga.

Gasparino vem travando uma batalha pública com a gestão da companhia. Questiona os argumentos da empresa para

tirá-lo da lista de candidatos e chegou a ir à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para criticar o número par de conselheiros estabelecido no acordo com o governo.

Os outros concorrentes de fora da chapa são o banqueiro Juca Abdalla e Afonso Henriques Moreira Santos, expoente do setor elétrico no governo Fernando Henrique Cardoso, que tem o apoio de Abdalla. O

banqueiro é alvo de restrições internas por ser também conselheiro da Petrobras.

Nas cartas divulgadas a acionistas, o presidente do conselho da Eletrobras, Vicente Falconi, diz que a chapa recomendada foi definida “em um processo estruturado e transparente de sucessão, ancorado na atuação de duas consultorias externas independentes de reconhecida reputação internacional”.

“Trata-se de um colegiado preparado, legítimo e plural, com plena capacidade de lidar com a companhia diante dos desafios da descarbonização, da inovação tecnológica e da consolidação da Eletrobras como protagonista global da transição energética”, conclui.

Com remuneração prevista de R\$ 118 mil por mês, a vaga no conselho da Eletrobras prevê uma série de restrições aos candidatos, com limites para participações em conselhos de, no máximo, outras três empresas o número pode cair se o executivo presidir algum colegiado. Participações em conselhos de empresas consideradas concorrentes também ficaram mais restritas.

As mudanças levaram candidatos, além de Gasparino, a abrir mão de vagas em outros conselhos. Juca Abdalla, por exemplo, se comprometeu a deixar a Cemig, mas não quer abrir mão da Petrobras.

Caso o acordo com o governo não seja aprovado o que a gestão da empresa não acredita, dois dos indicados pelo governo passam a compor a lista da Eletrobras: Rondeau e Tolmasquim. Além dos dois, o governo Lula indicou o ex-ministro Guido Mantega a uma vaga no conselho fiscal.

MARICÁ

CIDADE QUE CUIDA
PARA SER A MAIS
SEGURA DO BRASIL

MENOR
ÍNDICE
DE ROUBO
DE RUA EM 16 ANOS

(Em fevereiro de 2025, comparado com anos anteriores.)